

Desalojando fantasmas

Paulo Pestana

O Ministério da Cultura promete liberar dinheiro esta semana para começar a reforma da Sala Funarte. É a primeira providência real para se acabar com os prédios fantasmas da cidade, um conjunto de abandono raro em todo o mundo que só serve mesmo para alimentar histórias sobre almas penadas.

Porém, é importante definir também como vai ficar a administração desse espaço, afinal não basta uma mão de tinta e banheiros novos, mas uma programação séria e constante. Os projetos alternativos da Fundação Cultural — Feira de Música, Meia-sola — poderiam ser transferidos para a Sala Funarte, mais adequada, e ainda assim será preciso investir numa programação uniforme.

Mas ainda falta o resto. Numa época de campanha eleitoral em que nenhum candidato cita a cultura como sua prioridade — a exceção é o candidato do PDT, que ainda acha que cultura é show de dupla sertaneja —, ninguém se arrisca a fazer prognósticos. O candidato do PTB quer criar a Secretaria de Esportes, que hoje é unida à da Cultura, mas não sabe ou não diz o que vai fazer com a outra metade.

Nenhum dos candidatos diz o que vai fazer com o pólo de cinema criado por Roriz, um estorvo nas mãos do governo que o gerou, um monstro para quem vai ter que encará-lo mais à frente. Política, no Brasil, tem sido a arte de empurrar decisões com a barriga, principalmente quando não se pode faturar nem mesmo um comício, como é o caso de projetos culturais.

O Ministério da Cultura tem procurado não se assombrar com o clima de fim de governo e trabalha, com todas as dificuldades, para tocar projetos pequenos e possíveis. É uma estratégia que tem dado mais resultado do que as promessas miraculosas de gestões anteriores, que buscavam uma administração cultural fora da realidade do País.

Não quer — e não tem para oferecer — votos. Está longe da briga mesquinha de outros ministros, oportunistas, ávidos por salvar a pele nem que seja às custas do próprio governo. A cultura anda melhor assim, desatrelada da política menor que é exercida em época de eleição.

Ainda o caso Nacional FM

— O deputado distrital Benício Tavares apresentou moção contrária à desativação da emissora e, não satisfeito, foi até o presidente da Radiobrás, Rui Lopes, demonstrar sua insatisfação com a notícia. Em pronunciamento, o deputado declarou que a Nacional FM “é padrão de excelência, garantia de transmissão de boa música brasileira e estrangeira, sem as amarras dos compromissos essencialmente comerciais”.

**Nenhum
candidato
diz o
que
pretende
fazer
com
o pólo
de cinema
criado
por Roriz**

Ouvintes da emissora ligaram para lamentar a decisão e propensos a escrever para a direção da empresa pedindo pela sobrevivência da Nacional. É preciso que a direção da Radiobrás saiba que a Nacional FM não é apenas uma das emissoras do sistema que eles dirigem, mas, entre elas, a mais identificada com a cidade, um patrimônio das pessoas que escolheram Brasília para viver.

A Radiobrás tem obrigação de não deixar a cidade à mercê das emissoras comerciais, que ditam as programações segundo o som determinado pelo poder da indústria fonográfica. Do mesmo modo que a capital precisa das emissoras que tocam os sucessos do momento, precisa de um rádio mais sóbrio, comprometido com a cultura da cidade.